



revista
Liderança do PT

na Assembleia Legislativa de São Paulo



2019

Índice

3. Resistência política

5. Mulheres em luta

7. Meio ambiente

8. O bom combate

10. Direitos humanos

12. Defesa da educação pública

13. SP está à venda

14. Retrocesso tucano



Democracia e liberdade

A ascensão da extrema direita, a hegemonia do capital financeiro e o ataque à democracia no Brasil estão no contexto de uma brutal crise internacional do capitalismo.

A onda autoritária e ultraliberal é um processo orquestrado por grandes grupos econômicos que financiam, em nível mundial, a derrubada de governos de esquerdas e progressistas, pelo voto ou por meio de golpes.

O golpe contra Dilma e a prisão e impedimento de Lula de disputar a eleição resultaram na vitória de Bolsonaro. Eleito sem debater propostas, ele pregou somente a violência, preconceito, ódio e misoginia. Elogiou a tortura e o regime militar.

Fomos ao segundo turno das eleições presidenciais com Haddad e Manuela. Defendemos nosso projeto político e a necessidade de resistir ao desmonte da previdência pública, às privatizações e entrega dos recursos naturais. Obtivemos 47 milhões de votos.

Em São Paulo, nosso candidato ao governo, Luiz Marinho, obteve quase 13% dos votos. Porém, o PSDB, na carona do bolsonarismo, venceu as eleições com Doria.

Infelizmente, teremos mais quatro anos de governo sem compromisso com os trabalhadores (as) e com a população que mais precisa de políticas públicas.

Nossa bancada está sintonizada com o momento político. Mobilizada contra a perseguição política a Lula, ao PT e aos movimentos sociais. Alinhada com os setores populares contra os retrocessos e na defesa dos direitos sociais e de Lula livre.

Fizemos o combate firme aos governos Alckmin e Márcio França. Seguiremos na oposição aguerrida ao governo ultraliberal de Doria, sempre pautados na defesa da democracia e dos interesses do povo paulista.

Líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo

Jornalista Responsável: Rosário Mendez **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Caldas, Katia Passos e Patrícia França **Conteúdo:** Fernando Caldas, Katia Passos, Marina Moura, Marisilda Silva **Fotografias:** Katia Passos, Ricardo Stuckert, Jornalistas Livres, Mídia Ninja **Colaboradores da Assessoria da Liderança do PT na Alesp nesta edição:** Alberto Vasquez, Altair Souza Miguel, Ana Carla Albiero Sousa, Cleonice Coelho, Edmundo Oliveira, Emílio Carlos Rodrigues Lopez, Fabio Buonavita, Hellen Cristiane Barreto Pita, Ivete Garcia, Jacqueline Regina Cria, José Roberto Pereira Antunes, Mario César Villar da Rocha, Rildo Marques, Raimundo Bonfim, Reinaldo Franco de Souza, Rita de Cássia Brambilla de Oliveira, Samuel dos Santos, Sandro Ramos de Mello, Sérgio Ramos de Oliveira, Tania Luiza Aquino de Almeida Barros, Ulisses Correia, Ulisses Coqueto Correia

Chefe de Gabinete: Salvador Khuriyah **Líder da Bancada do PT na Alesp:** Beth Sahão

RESISTÊNCIA POLÍTICA



Democracia abalada

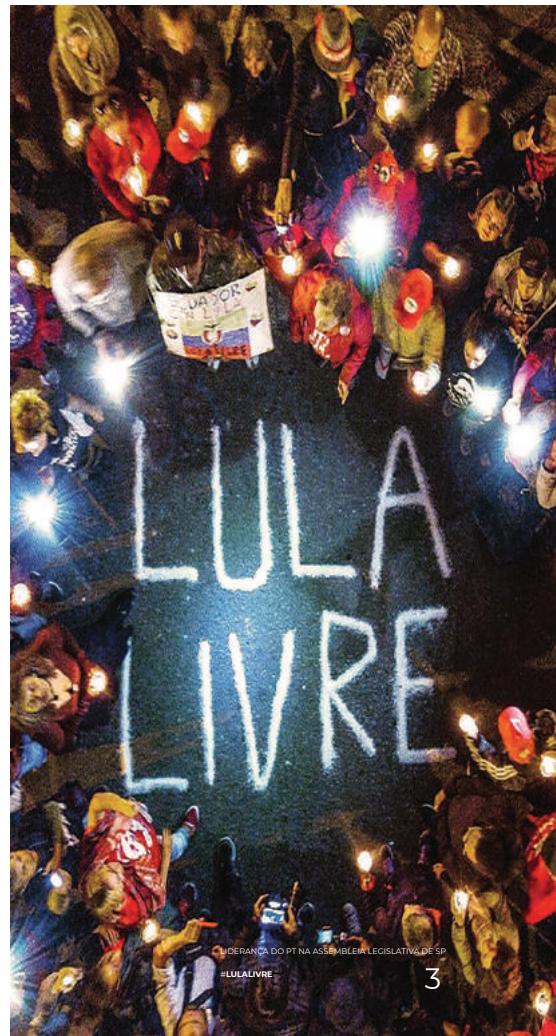
O golpe contra a presidente Dilma Rousseff instalou no país um ambiente de violência política e institucional que baniu o estado democrático de direito.

A prisão de Lula e o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco são símbolos máximos da forma violenta como setores da elite brasileira impõem seus interesses a toda a sociedade.

A perseguição política a Lula tornou-se uma implacável caçada judicial. O país passou a viver enclausurado nos ardós de uma vara de

justiça federal em Curitiba. Refém do cinismo dos promotores de um processo anômalo, repleto de excepcionalidades e sem respeito às regras elementares do direito.

A bancada estadual do PT continua a denunciar a farsa judicial, cujo único propósito é retirar da disputa política o maior líder popular da história brasileira. Por isso, defende a campanha Lula Livre como principal bandeira de luta de todos os setores progressistas comprometidos com o restabelecimento da democracia no Brasil.



O processo

um filme de Maria Augusta Ramos



O golpe na tela

A Liderança do PT exibiu na Assembleia Legislativa (13/6) o documentário *O Processo*. A diretora Maria Augusta Ramos, em debate com o público, disse que a ideia do filme era causar incômodo e reflexão. A deputada Beth Sahão considerou o filme um “importante retrato deste momento histórico”, que resultou na “delicada” situação atual.

Lula livre+

Ato solene inédito em repúdio à prisão arbitrária do ex-presidente Lula reuniu parlamentares do PT, PSOL e do PCdoB, representantes de centrais sindicais e de movimentos sociais no plenário Juscelino Kubitschek da Assembleia Legislativa de São Paulo (17/4).

A líder da bancada do PT, Beth Sahão, disse que o ato não foi somente de desagravo, de solidariedade e de defesa de Lula, mas também para “mostrar que estamos atentos e não vamos parar”.

MARIELLE
PRESENTE
HOJE E
SEMPRE



Marielle vive

O assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL), no dia 14 de março de 2018, causou comoção e revolta na bancada estadual petista. O sentimento de dor e pesar foi expresso em nota oficial do partido, que exigiu a apuração imediata do atentado.

Próxima de completar um ano, a investigação continua inconclusa. A memória da vereadora, sua luta pelos direitos humanos, pela vida e dignidade da população jovem das periferias e contra a violência policial, foi homenageada pelos parlamentares petistas da Alesp em diversas ocasiões ao longo do ano.





LANÇAMENTO

Núcleo de Mulheres do PT Alesp



SECRETARIA ESTADUAL
MULHERES

ASSEMBLEIA

Comissão especial

Uma vitória para a luta em defesa das mulheres foi conquistada no ano passado e, em 2019, um novo espaço institucional será aberto: a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos das Mulheres.

Criada com a aprovação de projeto de resolução da deputada Márcia Lia, a comissão vai analisar e aprovar pareceres sobre projetos de lei e sugestões legislativas apresentadas não só pelos depu-

tados e pelo governador, mas também por entidades e coletivos feministas.

Unidas e fortalecidas

A Liderança do PT e a Secretaria Estadual de Mulheres do PT-SP lançaram, em 20/6/2018, o núcleo de mulheres do PT na Assembleia Legislativa. Será um espaço de debate sobre o feminismo e de encaminhamentos que possam melhorar a

vida das mulheres no Estado de São Paulo, com base na avaliação de propostas no legislativo estadual voltadas para a pauta feminina.

O núcleo recebe o nome de Maria Lúcia Prandi, professora e liderança política na Baixada Santista. Eleita pelo PT para mandatos no legislativo estadual e na Câmara dos Deputados, Prandi faleceu em outubro de 2015, depois de uma vida dedicada à defesa da educação e dos direitos humanos.





Lideranças feministas com a promotora de justiça Valéria Scarcce, no MPE/SP

O feminicídio em São Paulo

A crescente ocorrência de estupros, violência doméstica e feminicídios foi objeto de denúncias feitas pela Liderança do PT ao longo de todo o ano de 2018.

A deputada Beth Sahão, líder da bancada, participou de atos convocados pelos movimentos de mulheres – como em 12/8, aniversário da Lei Maria da Penha – e de audiências no Ministério Público Estadual, com promotores, e com o secr-

tário estadual de Segurança Pública.

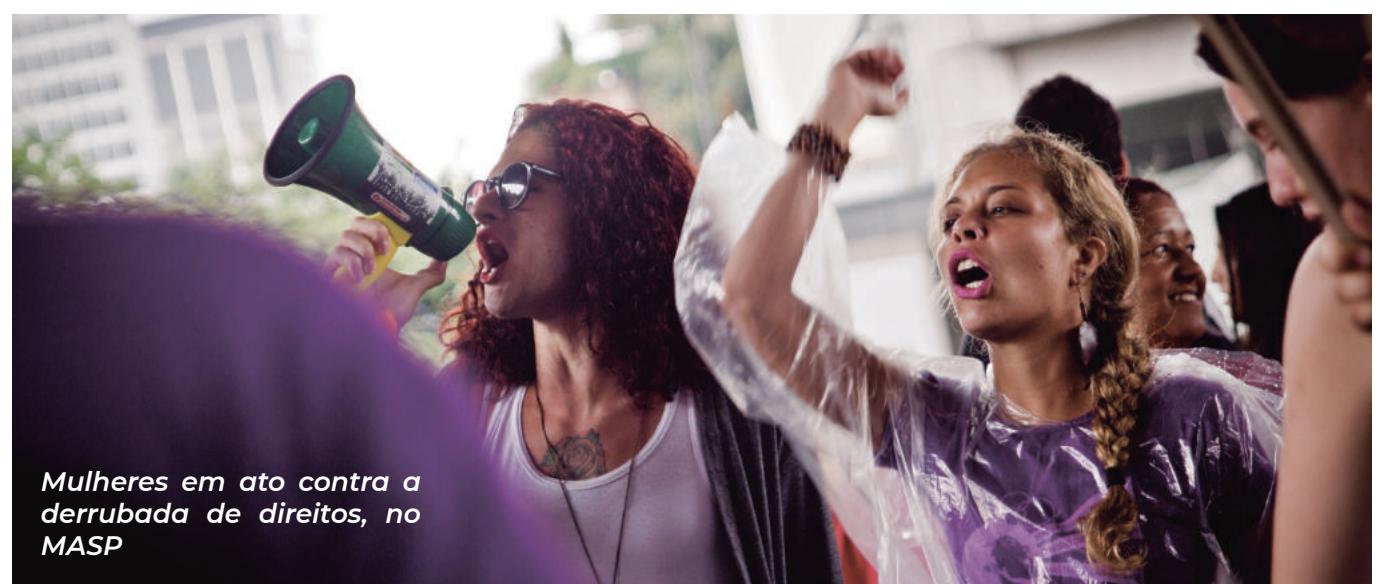
Junto com lideranças feministas, como Raquel Moreno, Eleonora Menicucci e Dulce Xavier, a deputada acompanhou o processo de denúncia e investigação de assassinatos de mulheres em São Paulo, entre eles o da jovem de 24 anos Isadora Mariá, na zona leste da capital.

Delegacia da Mulher 24 horas por dia

No enfrentamento dessa

violência, Beth Sahão apresentou projeto de lei que estabelece atendimento ininterrupto das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, para garantir que as mulheres possam acessar esses equipamentos nos horários em que mais acontecem casos de violência, à noite e nos finais de semana.

O PL 91/2017 foi aprovado, mas vetado totalmente pelo governador João Doria. A bancada petista está comprometida com a derrubada desse veto.



Mulheres em ato contra a derrubada de direitos, no MASP



Audiência pública Barragens em São Paulo: estamos seguros?, realizada na Alesp

O meio ambiente na lama

Depois do crime da Samarco em Mariana (MG), em 2015, imaginava-se que algo semelhante jamais se repetiria. Mas o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho superou a imaginação.

A lama que devastou centenas de vidas na cidade mineira motivou outros estados a investigar a real situação de suas barragens. Os deputados do PT paulista articularam com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) trabalho conjunto para averiguar as condições dessas construções no Estado de São Paulo.

A primeira ação foi a realização de uma audiência pública na Assembleia paulista (25/2/19), na qual especialistas, técnicos de órgãos públicos e organizações da sociedade civil discutiram procedimentos de licenciamento e de fiscalização.

Segundo dados oficiais do governo em São Paulo, existem atualmente 66 barra-

gens ativas de mineração. A maior delas, na cidade de Alumínio, tem 20 milhões de resíduos de mineração de alumínio. Brumadinho tinha um volume de 12,7 milhões.

Espanta que a população desses locais não tenha informações sobre riscos e desconheça a existência de plano de ação e remoção em caso de rompimentos. Uma evidência da ausência de planos de segurança das barragens paulistas.

Pela preservação do rio Itapanhaú

Além da permissividade na concessão de licenciamentos a empreendimentos privados, o governo estadual protagoniza projetos de alto risco, como a construção das barragens de Amparo e Pedreira, esta situada num topo que fica a dois quilômetros acima da cidade.

Outro projeto que causa apreensão é o da transposição do rio Itapanhaú, na Serra do Mar.

O rio Itapanhaú percorre 40 quilômetros de mata atlântica, mata paludosa, mata alta de restinga e manguezais e deságua no mar por intermédio do Canal de Bertioga.

A população da Baixada Santista expressou sua rejeição à transposição nas audiências públicas realizadas em Bertioga e na Assembleia Legislativa de São Paulo, com apoio dos deputados Ana do Carmo, Alencar Santana Braga, Luiz Fernando Teixeira e Luiz Turco.



O BOM COMBATE

Os últimos quatro anos foram um dos momentos mais complexos da vida nacional e da resistência democrática. Nesse cenário de rupturas e sobressaltos, exercer o papel de oposição ao governo do Estado de São Paulo exigiu foco e estratégia.

Os deputados petistas da 18ª Legislatura concluem seus mandatos no dia 14 de março de 2019 com um traço comum: o enfrentamento corajoso das políticas antipopulares dos tucanos.

O dinamismo das três mulheres assumiu um protagonismo inédito. **Beth Sahão** foi escolhida para liderar a bancada no último ano, depois de 19 anos sem haver uma liderança feminina. **Ana do Carmo** foi indicada para líder da Minoria. **Márcia Lia** coordenou a Ouvidoria da Assembleia Legislativa.

Os mandatos petistas também se notabilizam pela expressiva representatividade da Região Metropolitana de São Paulo. Território que abriga o maior contingente da população trabalhadora do Estado.

Berço do sindicalismo brasileiro contemporâneo, a região do ABC esteve fortemente representada por **Luiz Fernando Teixeira** e **Teonilio Barba**, de São Bernardo do Campo, e **Luiz Turco**, de Santo André.

A região de Guarulhos, município com a segunda maior população do Estado, contou com as vozes de **Alencar Santana Braga** e **Professor Auriel**. A cidade de Osasco teve o empenho do deputado **Marcos Martins** e a região do Embu das Artes, o de **Geraldo Cruz**.

Com base na capital, o mandato de **Carlos Neder** fez o bom combate na defesa do SUS e da saúde pública. **José Américo** esteve sempre alerta em relação às irregularidades do governo tucano. E o deputado **Enio Tatto** percorreu o Estado para consultar a população sobre as prioridades no orçamento estadual.

Esta legislatura será lembrada pela despedida do deputado **José Zico Prado**. Depois de 28 anos exercendo mandatos consecutivos, ele abdicou da disputa eleitoral para prosseguir sua luta em defesa dos trabalhadores do campo e das cidades em outras trincheiras. Será sempre uma referência para as novas gerações.



Bancada do PT mostrou seu ativismo no Palácio 9 de Julho

Projetos da bancada petista aprovados

Proteção do consumidor

 PL 258/2014, do deputado **Alencar Santana Braga**, garante aos抗igos clientes das empresas de serviço telefônico, energia elétrica, água, gás e outros serviços, os benefícios resultantes de promoções.

Agroecologia e orgânicos

 PL 236/2017, da deputada **Ana do Carmo**, cria a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, que visa a produção de alimentos saudáveis e a preservação de recursos e bens naturais.

Delegacia 24 horas

 PL 91/2017, da deputada **Beth Sahão**, determina que as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher devem funcionar nas 24 horas do dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Enfermidade terminal

 PL 231/2018, do deputado **Carlos Neder**, regula o exercício do direito das pessoas quanto à informação e à tomada de decisão durante o processo de enfermidade terminal.

Gratuidade para tratamento

PL 158/2016, do deputado **Enio Tatto**, assegura transpor-

te aos pacientes de câncer e de doenças crônicas para realização de tratamento médico.



Controle de acesso

PL 891/2015, de **Geraldo Cruz**, regulamenta o controle de acesso nos loteamentos fechados no Estado de São Paulo.



Tratamento de dejetos

PL 413/2013, de **Gerson Bittencourt**, obriga o tratamento de dejetos pelas propriedades rurais e prevê um programa de construção de fossas sépticas biodigestoras.



Tevê paga

PL 844/2017, do deputado **José Américo**, proíbe a cobrança de sinal por ponto adicional dos canais de televisão pagas por assinatura.



Vila Ré

PL 1.399/2015, do deputado **José Zico Prado**, atende reivindicação de comunidade da zona leste da capital, e altera o nome da estação Patriarca do Metrô, que passa a se chamar Estação Patriarca-Vila Ré.

Leite sem lactose



PL 857/2017, do deputado **Luiz Fernando Teixeira**, trata da distribuição contínua e

gratuita de leite sem lactose às crianças de baixa renda portadoras de intolerância à lactose.

Mulheres com as chaves



PL 352/2017, do deputado **Luiz Túrcio**, dá prioridade à mulher na titularidade da posse e/ou propriedade de imóveis nos programas habitacionais do governo do Estado.

Vítimas de violência



PL 573/2016, da deputada **Márcia Lia**, estabelece cota de 7% para mulheres vítimas de violência doméstica nos programas de habitação de interesse social.

Banimento do amianto



PL 361/2009, do deputado **Marcos Martins**, exige o cumprimento da Lei 12.684/2007, que bane o amianto, nos editais de licitações e nos contratos de obras públicas no Estado.

Materiais de construção



PL 1174/2017, do deputado **Teonilio Barba**, concede isenção do ICMS aos insumos utilizados na construção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda.



DIREITOS HUMANOS



Mulheres na manifestação “Ele Não”, em frente à catedral da Sé, em São Paulo

Resistência democrática

A edição 2018 do Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos ganhou significado especial. No dia da entrega do prêmio, 10/12, comemorava-se os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e entre os homenageados estavam alguns dos mais importantes representantes da resistência ao retrocesso que vivemos no Brasil.

A bancada do PT participou ativamente de todo o processo e indicou cinco dos dez finalistas: Anderson Lopes Miranda, fundador e ex-presidente do Movimento Nacional da População de Rua; Benedito Barbosa, militante da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo e da Central dos Movimentos Populares (CMP); Paulo Sergio Pinheiro, ex-ministro de Direitos Humanos; João Pedro Stédile, um dos fundadores do Movimento dos Trabalha-

dores Rurais Sem Terra (MST); e o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, pelos 50 anos da histórica greve da Cobrasma, em julho de 1968.

Dilma recebe o prêmio Beth Lobo

Na contramão da criminalização e do ódio ao PT alimentados pela eleição da extrema direita no país, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia aprovou, em 2018, a indicação de Dilma Rousseff ao Prêmio Beth Lobo de Direitos Humanos para as Mulheres. A presidente foi contemplada em reconhecimento do fortalecimento das políticas públicas para mulheres e criação de Casas de Mulheres pelo Brasil no seu governo.

Em São Paulo, a Casa de Mulheres foi concluída em 2016, porém, permanece fechada, pela falta de ação política dos governos tucanos.

PRÊMIO SANTO DIAS DE
Direitos Humanos

DIA 10 DE DEZEMBRO, ÀS 20H
NO PLENÁRIO JUSCELINO KUBITSCHKE
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SP

SINDICATO DOS METALÚRGICOS
DE OSASCO E REGIÃO

BENEDITO ROBERTO
BARBOSA (DITO)

ANDERSON LOPES
MIRANDA

JOÃO PEDRO STÉDILE

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

INDICADOS DO PT

Assembleia Legislativa de São Paulo



O enfrentamento à tortura

A Liderança do PT empenhou-se na aprovação do projeto de lei que cria o Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Tortura. O PL 1257/2014, do ex-deputado Adriano Diogo, foi aprovado em dezembro de 2018.

Os comitês contra a tortura têm base em lei federal de 2013 e já foram instituídos em vários estados brasileiros. Porém, o governador João Doria (PSDB) vetou totalmente o projeto.

Relatores da ONU para os direitos humanos já se manifestaram contra o ato de Doria e pediram aos deputados paulistas que derrubem o veto. Em nota, eles lembram que o Brasil ratificou, em 2007, a convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1984.

A bancada petista está comprometida com a derrubada do veto e a implantação dos comitês contra tortura no Estado de São Paulo.

Nasce o Observatório Paulista

O Observatório Paulista de Defesa dos Direitos Humanos ganhou seus primeiros contornos no ato de seu lançamento na Assembleia Legislativa, dia 13/12, no qual foram comemorados os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Representantes de 25 entidades da sociedade civil, a líder do PT, Beth Sahão, e os deputados Carlos Giannazi (PSOL) e Leci Brandão (PCdoB) comprometeram-se a atuar juntos na defesa dos direitos humanos por meio da criação do observatório. Ferramenta destinada a colher denúncias e encaminhar, monitorar e divulgar casos de violações no âmbito do Estado de São Paulo.

O observatório somará com a rede de proteção dos direitos humanos já existente. No lançamento, o ex-ministro de Direitos Humanos Paulo Vannuchi, o jurista Pedro Serrano e Renata Rosa, da União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro), destacaram a importância atual da Declaração Universal dos Direitos Humanos.



Lutar não é crime

O incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida, no largo do Paissandu, centro de São Paulo, em maio de 2018, deixou sete mortos e 110 famílias desabrigadas. A tragédia levou o prefeito Bruno Covas (PSDB) a promover vistorias em todos os prédios ocupados na cidade, nas quais ocorreram várias ações policiais arbitrárias contra os movimentos de moradia. Busca e apreensão sem mandado judicial, intimidações e prisões ilegais.

A Liderança do PT reuniu movimentos de moradia, ativistas dos direitos humanos e representantes da Defensoria Pública e da Ouvidoria de Polícia em audiência pública, realizada em 14/6 na Aleesp, para ouvir relatos da crescente criminalização dos movimentos sociais.

Violência institucional

No acampamento Marielle Vive, do MST, em Valinhos, mil famílias estão sendo privadas do direito básico de acesso à água potável.

A escalada da violência institucional no Estado foi reforçada pelo atual governador. Doria revogou decreto que obrigava a PM a submeter ao governo planos de ação nas reintegrações de posse de ocupações urbanas e rurais. Em outro decreto, proibiu o uso de máscaras em manifestações. A bancada do PT açãoou o Ministério Público, apontando a constitucionalidade do decreto.

DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA



Estudantes ocupam ruas de São Paulo em defesa da educação pública

Calote nas universidades

Em junho de 2018, estudantes voltaram a denunciar o desinvestimento das políticas públicas no Estado, encenando o enterro das universidades públicas, durante audiência realizada pela Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas, coordenada pelo deputado Carlos Neder.

Com a participação de entidades dos trabalhadores e do Fórum das Seis, os debates reiteraram uma antiga reivindicação do movimento, apoiada pela bancada do PT, de aumento do percentual do ICMS que deve ser destinado às universidades paulistas.

Doria tira da educação

O Decreto 64.075, editado em janeiro deste ano pelo governador, determina um contingenciamento de R\$ 5,97 bilhões no orçamento de diversas secretarias. Na educação, o valor chega a R\$ 325 milhões.

Vale destacar também o contingenciamento de R\$

307 milhões na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, que agrava ainda mais a situação das universidades públicas. A USP terá R\$ 90 milhões contingenciados; a Unicamp, R\$ 39,7 milhões, e a Unesp, R\$ 42,4 milhões.

Escola sem censura

A Liderança do PT lançou em novembro a campanha Escola Sem Censura. Diante da onda de ameaças a professores pelos defensores da Escola Sem Partido, a campanha convida alunos a mostrarem as condições em que se encontram as suas escolas.



Factoides em cena

"Existem hoje vários factoides em cena: a escola sem partido e os ataques à ideologia de gênero. São temas que desviam a atenção do assunto central, que é o papel emancipatório da educação, sobretudo no plano individual, na criação de novas oportunidades e melhoria material dos níveis de vida."

A opinião é do professor Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação, durante aula pública promovida pela Liderança do PT na Assembleia Legislativa, em 21/2/2019.

SP ESTÁ À VENDA

Os ricos acima de todos

Generoso com os ricos, o governo do PSDB deixou de cobrar, em 2017, quase R\$ 20,5 bilhões de impostos de grandes empresas. Entre 2008 a 2017, as desonerações fiscais de ICMS totalizaram R\$ 115,5 bilhões. Nesse período, a educação deixou de receber R\$ 34,66 bilhões; a saúde, R\$ 13,86 bilhões; e as universidades, R\$ 11 bilhões.

O deputado Enio Tatto, membro da Comissão de Finanças, apontou vários questionamentos em relação à renúncia fiscal prevista para este ano. Quais as causas para o aumento das renúncias do ICMS? Quais contrapartidas os beneficiários ofereceram para o povo paulista? Quantos empregos geram? Qual o montante dos inscritos sob sinal na renúncia fiscal? Questões que permanecem sem resposta da gestão tucana.

Agora, João Doria decidiu dar mais uma ajudinha para o andar de cima. Reduziu o imposto do querosene para a aviação civil, de 25% para 12%. A justificativa do governo é ampliar os

voos. Porém, como observa o deputado Teonilio Barba, o governador não garante a redução do preço da passagem.

Para completar, Doria quer entregar ao setor privado seis empresas públicas, que juntas valem R\$ 2,7 bilhões. Entre elas está a Prodesp, responsável pela guarda de dados sigilosos dos paulistas, que em breve passarão a ser geridos por uma empresa privada.

Trata-se de um desmonte do patrimônio construído ao longo de décadas pelo povo paulista. Para quem se diz um bom gestor, será um bom negócio eliminar empresas públicas que oferecem suporte de excelência a todo o setor público e à sociedade?

A bondade do governo em relação ao empresariado passa bem longe dos mais pobres. Para estes, funciona a tesoura bem afiada. Os contingenciamentos e cortes de gastos alcançarão R\$ 5,97 bilhões, 2,29% da despesa total para 2019. Menos recursos para saúde, educação, habitação, transporte e cultura.



Doria só quer privatizar

Dersa – Desenvolvimento Rodoviário S/A

CPOS – Companhia Paulista de Obras e Serviços

Emplasa – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A

Codasp – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo

Imesp – Imprensa Oficial do Estado S/A

Prodesp – Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo

Marginais do Tietê e Pinheiros



Centro de processamento de dados da Prodam

RETROCESSOS TUCANOS



Tucanos fora de rota

Desvios e irregularidades do governo do PSDB foram fartamente denunciados pela bancada petista ao longo de 2018. Na lista, as transações obscuras do ex-diretor da Dersa Paulo Preto. Fraudes em licitações e formação de cartel em obras do Rodoanel.

Acusado de cobranças de propinas para o PSDB, entre 2004 e 2015, Paulo Preto movimentou mais de R\$ 130 milhões em conta na Suíça. Preso novamente em fevereiro último pela Polícia Federal, foi acusado de manter cerca de R\$ 100 milhões em espécie em um bunker. Procuradores da Suíça mencionam relações do ex-diretor da Dersa com o Primeiro Comando da Capital (PCC).

O ex-senador e ex-ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira também foi denunciado por ter recebido cartão de crédito do operador Paulo Preto.

Geraldo Alckmin foi acusado pelo Ministério Público Estadual de receber propina da Odebrecht. Cerca de R\$ 10 milhões, na forma de

caixa 2, para a campanha de 2014. Com intuito de barrar o inquérito, o ex-governador pediu ao então procurador-geral de Justiça, Gianpao-lo Smanio, que o caso fosse apurado na esfera eleitoral.

A líder do PT, Beth Sahão, encaminhou representação ao Conselho Nacional do Ministério Públíco para denunciar a manobra.

Fora dos trilhos

No setor de transporte, a transparência andou fora dos trilhos.

O deputado José Américo, presidente da Comissão de Infraestrutura, apresentou vários requerimentos de informação para o Metrô, a CPTM e outros órgãos estaduais. O que prevaleceu foi a irredutível negativa do governo do Estado de prestar contas à sociedade.

O silêncio não abafou, porém, as falhas operacionais e os superfaturamentos do governo tucano.

Panes e paralisações

Apenas em janeiro deste ano, foram registradas sete falhas na Linha-15 Prata do

monotrilho, inaugurado no fim de 2018. Peças se soltaram da estrutura suspensa e caíram sobre a avenida Anhaia Melo.

As linhas Azul, Vermelha e Verde registraram em 2018 o maior índice de ocorrências de panes desde o ano 2000.

CPTM seguiu sua rotina de graves problemas de manutenção e operação precária em trechos das linhas 7-Rubi e 10-Esmeralda. A empresa não fez nenhum contrato de manutenção em 2018.

CPI das OSS

Na esfera da saúde, a CPI das OSS apurou irregularidades nos contratos de gestão das Organizações Sociais de Saúde com a Secretaria Estadual da Saúde.

Cobrança ilegal de taxas de administração, contratação de empresas que têm servidores públicos como sócios, supersalários nos quadros diretivos, falta de fiscalização e controle sobre serviços prestados foram alguns dos problemas levantados pela investigação, que teve a participação do deputado Carlos Neder.

BANCADA DO



Assembleia Legislativa de São Paulo
2019 - 2022

Psicóloga e mestre em sociologia, foi eleita para o seu quinto mandato, que defende os direitos humanos e a melhoria da vida das pessoas.



Beth
Sahão

Formado em contabilidade, foi eleito para o quinto mandato de deputado estadual e dará continuidade à atividade de fiscalização do Executivo.



Enio Tattó

Jornalista, foi vereador paulistano por quatro mandatos consecutivos e em 2018 reelegeu-se deputado estadual.



José
Américo

Advogado, começou sua militância no movimento sindical, foi duas vezes prefeito de Osasco, vereador e deputado estadual.



Emídio
de Souza

Defende as bandeiras da criança e do adolescente, da moradia, dos esportes. Ocupa o cargo de primeiro-secretário da Alesp e foi reeleito para seu segundo mandato.



Luiz
Fernando

É advogado e foi chefe de gabinete da subprefeitura de Guahanases, na zona leste da capital.

Jorge do
Carmo



Marcia
Lia

É advogada e foi vereadora de Araraquara. Reeleita deputada estadual, continuará a dar atenção especial aos temas ligados à mulher.



Paulo
Fiorilo

Formado em filosofia e em ciências políticas, é presidente do Diretório Municipal do PT e foi vereador da cidade de São Paulo.



Teonilio
Barba

Estudou economia e, eleito para o segundo mandato, continuará atuando nas lutas populares e no combate à desigualdade social.



Professora
Bebel

Docente da rede pública estadual e presidente da Apoesp, foi membro do Conselho Nacional de Educação.



LULA LIVRE

